e Fiscal de Sintra, para além das funções que desempenha no referido Juízo Liquidatário.

Dr.ª Maria Manuela Vieira Dias Lopes, Juíza de direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (área tributária), destacada no Juízo Liquidatário do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra — nomeada para, em regime de acumulação, e até 1 de Setembro de 2011, movimentar processos da área de contencioso tributário do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, para além das funções que desempenha no referido Juízo Liquidatário.

16 de Março de 2011. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *Lúcio Alberto de Assunção Barbosa*.

204476858

PARTE E

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Édito n.º 136/2011

Em conformidade com o artigo 11.º-A dos Estatutos desta Caixa, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97 de 29/7, se declara que, para habilitação edital ao subsídio de € 330,16, constituído por Idalina Rosa Nunes Serra Albuquerque Ferreira, sócia desta Caixa n.º 20525, falecida em 19/12/2010, correm éditos de trinta dias a contar da data da publicação deste anúncio no "Diário da República" citando as pessoas que se julgarem com direito ao referido subsídio a deduzirem a sua habilitação naquele prazo, a fim de, apreciados os direitos invocados, se decidir sobre o seu pagamento.

22 de Fevereiro de 2011. — O Administrador-Delegado, *João Caldeira*.

304397761

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 291/2011

Jacob Simões, Advogado e Presidente do Conselho de Deontologia de Coimbra da Ordem dos Advogados, em cumprimento do disposto nos artigos 137.º e 169.º do EOA torna público que, por acórdão do Conselho de Deontologia de Coimbra da Ordem dos Advogados de 26 de Outubro de 2007, referente aos autos de Processo Disciplinar n.º 163/2006-C/D, com trânsito em julgado, foi aplicada ao Senhor Dr. Fernando José Gonçalves Costa da Helena, com o nome abreviado de Fernando Helena, Advogado, com domicílio profissional na Rua Padre Estêvão Cabral, 79, 4.º, Sala 407, em Coimbra, portador da cédula profissional 2221-C, a pena disciplinar de dezoito meses de suspensão do exercício da profissão e na sanção acessória de restituição ao participante da quantia de cinco mil euros, a efectivar no prazo de sessenta dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, por violação dos deveres consignados nos artigos 83, 85/2 *g*), 86 *a*), 93/1 e 95/1 do Estatuto da Ordem dos Advogados.

Tal pena foi parcialmente cumprida desde 20 de Novembro de 2007 até 3 de Abril de 2008, data em que o respectivo cumprimento foi interrompido atenta a procedência da providência de suspensão de eficácia interposta pelo arguido.

O cumprimento do remanescente da pena (1 ano, 1 mês e quinze dias) teve o seu início em 15 de Julho de 2010, que foi o dia seguinte àquele em que a decisão se tornou definitiva. (artigo 168.º n.º 1 do EOA).

Para constar se passou o presente edital, que vai ser afixado e publicado de harmonia com as disposições legais aplicáveis.

11 de Março de 2011. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Coimbra da Ordem dos Advogados, *Jacob Simões*.

204472272

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Despacho (extracto) n.º 5018/2011

Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Algarve, e ao abrigo dos poderes de que me encontro legalmente revestido, exonero, a seu pedido, o Professor Doutor Paulo Manuel Roque Águas, do cargo de Pró-Reitor, com efeitos a 1 de Janeiro de 2011.

No momento em que cessa funções manifesto publicamente a minha gratidão pela dedicação com que disponibilizou o seu saber ao serviço da Universidade, no âmbito do pelouro que dirigiu com sucesso e, com especial incidência na colaboração para a concepção e elaboração do Plano Estratégico da Universidade do Algarve 2010-2013, aprovado pelo Conselho Geral a 15 de Dezembro de 2010.

Desejo-lhe os maiores sucessos pessoais e académicos confiante que será sempre uma mais-valia para a UAlg.

É revogado o Despacho RT.05/2010.

25 de Fevereiro de 2011. — O Reitor, *João Guerreiro*.

204473593

Despacho (extracto) n.º 5019/2011

Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 5 do artigo 33.º, dos Estatutos da Universidade do Algarve, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, conjugado com o n.º 4 do artigo 92.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, delego no Presidente da Comissão Coordenadora do Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, da Universidade do Algarve, Professor Doutor José Manuel Castelhano Ribeiro Ponte, as competências e os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Assinar acordos específicos no âmbito de protocolos de cooperação ou convénios já anteriormente celebrados entre a Universidade do Algarve e outras Instituições, em que o respectivo Departamento esteja envolvido;

2 — Autorizar as férias e faltas do pessoal docente e não docente afecto ao mencionado Departamento.

A presente delegação produz efeitos, quanto ao delegado, desde a data da sua posse, considerando-se ratificados todos os actos que, cabendo no âmbito desta delegação, por ele tenham sido praticados.

1 de Março de 2011. — O Reitor, *João Guerreiro*.

204467615

Despacho (extracto) n.º 5020/2011

Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 5 do artigo 33.º, dos Estatutos da Universidade do Algarve, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, conjugado com o n.º 4 do artigo 92.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, delego, com possibilidade de subdelegação, nos Directores das Unidades Orgânicas da Universidade do Algarve, respectivamente:

Professora Doutora Carolina Moreira da Silva Fernandes de Sousa: Directora da Escola Superior de Educação e Comunicação;

Professor Doutor Paulo Manuel Roque Águas: Director da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo;

Professora Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas: Directora da Escola Superior de Saúde;

Professor Ilídio da Encarnação Jesus Neto Mestre: Director do Instituto Superior de Engenharia;

Professor Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco: Director da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;

Professor Doutor Efigénio da Luz Rebelo: Director da Faculdade de Economia;

Professor Doutor Rui Manuel Cabral e Silva: Director da Faculdade de Ciências e Tecnologia;

As competências e os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Assinar acordos específicos no âmbito de protocolos de cooperação ou convénios já anteriormente celebrados entre a Universidade

do Algarve e outras Instituições, em que a respectiva Unidade Orgânica esteja envolvida;

2 — Autorizar que as viaturas cujo uso esteja afecto à respectiva Unidade Orgânica possam ser conduzidas, por motivo de serviço, por elementos do pessoal docente ou não docente que não exerçam a actividade de motorista,

3 — Autorizar as férias e faltas do pessoal docente e não docente afecto à Unidade Orgânica.

Autorizo os directores das Unidades Orgânicas a subdelegar de forma expressa nos subdirectores, as competências referenciadas neste despacho.

A presente delegação produz efeitos, quanto a cada um dos delegados, desde a data da respectiva posse, considerando-se ratificados todos os actos que, cabendo no âmbito desta delegação, por eles tenham sido praticados.

Por força da presente delegação e no que a ela respeita, considera-se revogado o Despacho RT.17/2010, de 08 de Fevereiro de 2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 2 de Março.

1 de Março de 2011. — O Reitor, *João Guerreiro*.

204473666

Despacho (extracto) n.º 5021/2011

Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 5 do artigo 33.º, dos Estatutos da Universidade do Algarve, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, conjugado com o n.º 4 do artigo 92.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, delego no Presidente da Comissão Coordenadora do Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, da Universidade do Algarve, Professor Doutor José Manuel Castelhano Ribeiro Ponte, as competências e os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Assinar acordos específicos no âmbito de protocolos de cooperação ou convénios já anteriormente celebrados entre a Universidade do Algarve e outras Instituições, em que o respectivo Departamento esteja envolvido;

2 — Autorizar as férias e faltas do pessoal docente e não docente afecto ao mencionado Departamento.

A presente delegação produz efeitos, quanto ao delegado, desde a data da sua posse, considerando-se ratificados todos os actos que, cabendo no âmbito desta delegação, por ele tenham sido praticados.

1 de Março de 2011. — O Reitor, *João Guerreiro*.

204473699

Despacho (extracto) n.º 5022/2011

Nos termos do n.º 4 do artigo 92 da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, conjugado com o disposto na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 57 dos Estatutos da Universidade do Algarve e de harmonia com o disposto no artigo 35 do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo de competências que o Conselho de Gestão venha a delegar e de outras que se verifiquem pertinentes, delego no Administrador da Universidade do Algarve, licenciado João Manuel Paulo Rodrigues, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Actos de gestão geral:

a) Assegurar a orientação geral dos serviços e acompanhar a sua actuação, no respeito pela estratégia e directrizes definidas pelos órgãos de governo da Universidade;

b) Promover uma adequada articulação entre os Serviços Centrais e as Unidades da Universidade, com vista a garantir a uniformização de procedimentos administrativos e o cumprimento das disposições legais;

c) Participar na definição das orientações gerais da Universidade nas matérias que respeitam aos serviços comuns;

d) Propor as medidas que entenda adequadas à prossecução dos objectivos definidos pelo órgãos de governo da Universidade em relação aos serviços que superintende;

e) Dirigir, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, a instrução dos procedimentos administrativos cuja decisão caiba ao Reitor;

f) Praticar os actos preparatórios das decisões finais cuja competência caiba ao Reitor, bem como os actos de execução subsequentes a essas decisões;

g) Autorizar a passagem de certidões e declarações, excepto em matéria confidencial e reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;

h) Promover, subscrevendo as respectivas ordens de publicação, a inserção no Jornal Oficial da União Europeia e no *Diário da República* dos actos de eficácia externa e os demais actos e documentos que nele devam ser publicados nos termos legais.

2 — Actos de gestão de recursos humanos — no âmbito da gestão de recursos humanos no que respeita ao pessoal não docente:

a) Coordenar na elaboração do plano de formação e executá-lo depois de superiormente aprovado;

b) Determinar e autorizar a fixação dos regimes de prestação de trabalho e a fixação dos horários mais adequados, bem como o estabelecimento de horários específicos, nos termos legais;

c) Proceder à celebração de qualquer tipo de Contratos, desde que previamente autorizado pela entidade competente;

d) Praticar todos os actos subsequentes à autorização de concursos;

e) Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

f) Promover a instrução dos procedimentos de verificação domiciliária de doença, nos casos e situações previstas na lei;

g) Justificar ou injustificar faltas, conceder licenças por período superior a 30 dias, com excepção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença sem vencimento de longa duração, bem como autorizar o regresso à actividade;

h) Autorizar o benefício dos direitos reconhecidos no âmbito da legislação da parentalidade, bem como no regime jurídico do trabalhador-estudante;

i) Autorizar a inscrição e a participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes, que decorram em território nacional, quando não importem custos para o serviço;

j) Praticar todos os actos relativos à aposentação do pessoal, salvo no caso de aposentação compulsiva e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço;

3 — Actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

a) Praticar todos os actos preparatórios e de execução da competência do Reitor em matéria de gestão orçamental e de realização de despesas;

4 — Actos de gestão de instalações e de equipamentos:

a) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

b) Gerir a manutenção e a conservação dos equipamentos afectos aos serviços centrais;

c) Elaborar e executar planos anuais e plurianuais de reequipamento em função das necessidades previstas e da evolução tecnológica.

5 — Delegação de assinatura — em relação às matérias acima referidas e, bem assim, no que respeita a todos os assuntos de administração ordinária, fica o ora delegado autorizado a assinar todos os documentos e expediente conexo, sem prejuízo dos casos em que me devam ser presentes por razões de ordem legal ou de relacionamento interinstitucional.

6 — Subdelegação de competência — em relação às matérias acima referidas, fica o ora delegado autorizado a subdelegar nos directores dos serviços as competências por mim delegadas.

7 — A presente delegação não prejudica os poderes de avocação e de superintendência.

Consideram-se ratificados todos os actos praticados desde 17 de Janeiro de 2011 pelo supradelegado no âmbito definido pelo presente despacho.

10 de Março de 2011. — O Reitor, *João Guerreiro*.

204473722

Despacho (extracto) n.º 5023/2011

Nos termos do n.º 4 do artigo 92 da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, conjugado com o disposto na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 57 dos Estatutos da Universidade do Algarve e de harmonia com o disposto no artigo 35 do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo de competências que o Conselho de Gestão venha a delegar e de outras que se verifiquem pertinentes, delego no Administrador da Universidade do Algarve, licenciado João Manuel Paulo Rodrigues, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Actos de gestão geral:

a) Assegurar a orientação geral dos serviços e acompanhar a sua actuação, no respeito pela estratégia e directrizes definidas pelos órgãos de governo da Universidade;

b) Promover uma adequada articulação entre os Serviços Centrais e as Unidades da Universidade, com vista a garantir a uniformização